

# Pelo Nacional e o Racional: a política da pesca argentina e brasileira para o Atlântico Sul (1919-1941)

National and Rational: fisheries policies for the Southern Atlantic Ocean in Brazil and Argentina (1919-1941)

Bruno Henz Biasetto<sup>1</sup>

bbiasetto@yorku.ca

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5214-3535>

---

**Resumo:** As políticas pesqueiras para o Atlântico Sul durante o período entreguerras são aqui analisadas, tendo como foco o caso comparativo entre a Argentina e o Brasil. Naquele momento, os dois países estavam engajados em uma disputa estratégica pela superioridade na América do Sul, e o controle do Atlântico Sul era tido como um elemento-chave dessa superioridade. Em um contexto de transformações políticas e econômicas profundas, a pesca ocupava um novo papel dentro de uma nova proposta de modernização da pauta de exportações, baseada em *commodities*. A política para a pesca também refletiu tendências importantes da época, tais como nacionalismo, corporativismo e o autoritarismo.

**Palavras-chave:** pesca, entreguerras, Atlântico Sul, Brasil, Argentina.

**Abstract:** The article analyzes the policies for the fishery sector in Brazil and Argentina during the interwar period. During this challenging period, both countries were engaged into a fight for strategic supremacy in South America. In that context, the control of the Southern Atlantic Ocean was of paramount importance, which was reflected on a more important role for the fishing industry as a whole. The attempt to build a modern fishery industry also reflected an aspiration by both countries to expand their commodities export market. Moreover, the fishing policy during the interwar period also reflected some important political trends of that period, such as nationalism, corporatism and authoritarianism.

**Keywords:** fisheries, interwar period, Southern Atlantic Ocean, Brazil, Argentina.

---

<sup>1</sup> York University, Center of Latin American and Caribbean Studies. 8th Floor, The Kaneff Tower, 4700 Keele Street, Toronto, ON M3J1P3, Canada.

O Oceano Atlântico Sul, notoriamente, possui uma das mais ricas faunas marítimas do mundo. Brasil e Argentina controlam uma extensa faixa litorânea (15.794 km), sendo esta privilegiada pela diversidade de peixes e mamíferos que ali habitam. Entretanto, o Brasil e a Argentina não estão entre os maiores produtores de pescado do mundo, ocupando apenas uma posição marginal no mercado global. Além disso, a escassa historiografia sobre um tema tão relevante dificulta até mesmo um debate engajado com a bibliografia existente. Através deste artigo é feita uma análise da forma como a política e a ação do Estado afetaram a indústria pesqueira no Brasil e na Argentina entre 1919 e 1941.

O controle do Atlântico Sul transcendia a questão da pesca, sendo essencialmente uma questão geopolítica. A riqueza dos recursos naturais do Atlântico Sul era cobiçada desde meados do século XVIII por ingleses, americanos e franceses. Especialmente para os argentinos, o controle do litoral representava o controle da Patagônia e de seus inúmeros recursos naturais. A presença constante de pescadores noruegueses, da marinha inglesa e do exército chileno era considerada pelas elites argentinas como uma grave ameaça. Diversos governos argentinos, a partir de 1870, consideravam de suma importância o controle militar e o povoamento da gélida região sul do país.

Desde meados do século XIX, existiam clamores por parte das elites políticas de ambos os países exigindo uma maior atenção das autoridades à questão da pesca. As duas potências sul-americanas possuíam as condições ideais para o desenvolvimento pesqueiro, através do qual, teoricamente, poderiam se igualar aos países do Atlântico Norte. Tal ambição não se materializou até 1920, quando um processo de organização racional da atividade pesqueira começou a ganhar forma. Esse processo se agravou a partir da Crise de 1929, que obrigou o desenvolvimento de novos setores da economia. Neste contexto, tanto o regime da Concordância na Argentina quanto o varguismo brasileiro fizeram da pesca um exemplo dos seus modelos de desenvolvimento.

Um dos pontos mais interessantes de uma análise comparada da indústria pesqueira no Atlântico Sul é o fato de ela ser um microcosmos de tendências de um determinado período histórico. Entre essas tendências podemos incluir o autoritarismo, o nacionalismo e o corporativismo. Assim, a pesca foi uma das facetas interessantes e uma das menos lembradas dos esforços econômicos empreendidos pelos governos argentino e brasileiro nos anos 30. Na concepção da época, a indústria da pesca deveria ser controlada pelo Estado, que seria o indutor do crescimento no setor bem como o mediador das relações de trabalho. Dessa forma, a pesca demonstraria como o desenvolvimento econômico e a harmonia laboral poderiam ser combinados.

Apesar da virtual inexistência de uma historiografia significativa sobre o tema, existe uma relativa abundância de fontes primárias sobre a atividade pesqueira. Este artigo conta com uma análise compreensiva de relatórios governamentais que analisam a economia pesqueira nos dois países. Além disso, a análise de obras dos defensores do desenvolvimento da pesca no período se constitui em uma ferramenta importante para a compreensão do tema. Por fim, um estudo detalhado dos escritos de economistas do período entreguerras disponibiliza um melhor entendimento sobre o lugar da pesca, dentro de um modelo estatista e corporativista.

Os argumentos aqui apresentados evidenciam que a análise da política para a indústria pesqueira do Atlântico Sul no entreguerras se faz essencial. Um olhar aprofundado sobre este setor da economia permite que seja possível compreender como o planejamento estatal reorganizou a economia, especialmente em um momento de grave crise econômica e institucional. Este artigo conta com três segmentos distintos, especificando as questões apresentadas. O primeiro segmento do artigo está focado nas questões teóricas e historiográficas sobre a economia política brasileira e argentina, bem como o seu impacto sobre a indústria pesqueira. Já no segundo segmento, a análise se concentra nas políticas para o setor e como elas se inserem no ideário de desenvolvimento econômico do período. E, por fim, será analisado o impacto das novas políticas para o setor pesqueiro nos anos 30.

## O dilema do desenvolvimento em uma era de transformações

As questões políticas do entreguerras estão entre as mais complexas do século XX. Este período altamente conturbado, marcado pela incerteza política, não se presta a interpretações fáceis. Em sua obra *Democracy Past and Future*, Pierre Rosanvallon criticou a categorização linear de grupos políticos, sem levar em consideração as peculiaridades de cada um (Rosanvallon, 2018). Uma análise meramente baseada na mera oposição de categorias muitas vezes impede de evidenciar as nuances e sutilezas importantes para uma melhor compreensão de um dado momento histórico.

A reflexão trazida por Rosanvallon é importante para a narrativa deste artigo, especialmente visando evitar simplificações. Afirmar que a economia argentina dos anos 20 e 30 era apenas guiada pelos ideais da elite liberal agrária parece ser uma simplificação que não encontra eco em uma análise mais aprofundada. O regime surgido do golpe liderado por Jose Uriburú, em 1930, era conservador e de forte matiz autoritária. Contudo, no campo econômico a

situação não era tão objetiva. Medidas de cunho liberal foram alternadas com outras de cunho fortemente estatista e centralizador, especialmente no que dizia respeito às políticas de desenvolvimento da economia nacional (Lewis, 1992, p. 137). O mesmo vale para as políticas econômicas aplicadas no Brasil no período entreguerras. Durante os anos 20, a matriz econômica era nitidamente liberal, mas com as peculiaridades inerentes ao pensamento liberal da oligarquia brasileira. Em todas as diferentes fases do varguismo, políticas liberais e estatizantes se alternaram ao longo do tempo, criando as bases da economia brasileira moderna. Em suma, essa narrativa é repleta de pequenos detalhes importantes, especialmente em relação às políticas econômicas aplicadas nos dois países neste período.

Outro conceito importante para a compreensão e análise do período é o de Estado Desenvolvimentista. Este conceito é essencial para a análise da economia política do período, especialmente no que diz respeito à década de 30. De acordo com Perissinotto (2014, p. 61), o Estado Desenvolvimentista tem como condição imperativa a presença de uma burocracia capacitada para implementar um amplo planejamento econômico. Essa burocracia tem um papel vital na consolidação da política econômica do governo, especialmente durante a centralização nacionalista em voga nos anos 30.

A história da indústria pesqueira no Entreguerras está diretamente ligada ao conceito de Estado Desenvolvimentista, pois, ao contrário de outras atividades extrativistas de cunho exclusivamente privado, era um consenso entre a elite política de ambos os países que a pesca deveria ser liderada pelo Estado. A modernização da pesca, dentro dos padrões estabelecidos nos Estados Unidos e na Europa, seria conduzida via planejamento estatal, especialmente através do aparato legal e burocrático planejado pelo Ministério da Agricultura.

A Argentina dos anos 20 retomou parcialmente a pujança econômica existente no pré-1914, mas as questões política e social permaneciam latentes. Existia um desgaste do sistema político, ainda dominado pela oligarquia e marcado pelo fisiologismo (Rock, 1995, p. 56). Os anos 20 foram marcados pelo domínio da União Cívica Radical (UCR), a qual tentava projetar a imagem de um liberalismo benigno em contraposição ao regime conservador que governou a Argentina até 1916. Entretanto, a UCR deu sequência às políticas liberais na economia, bem como à forte repressão do operariado (Lewis, 1992, p. 95). O fisiologismo e o patrimonialismo, marcas da oligarquia conservadora, seguiam presentes. Portanto, apesar do robusto crescimento econômico nos anos 20, a vida política argentina estava bastante tensionada.

No caso brasileiro, a década de 20 também trouxe uma retomada da economia exportadora do café, mas com taxas de crescimento bem menos pujantes do que foi visto

no caso argentino. Da mesma forma que na Argentina, a tensão política ligada ao desgaste do regime político vigente e a questão social eram pautas dominantes no período. Nesse sentido, o artigo de Luis Rosenfield (2020), com foco no debate jurídico e nas mudanças constitucionais dos anos 20, traz uma ampla análise sobre o período. Para Rosenfield, a intelectualidade jurídica conservadora do período começava a repensar o Brasil através de uma nova constituição e de um regime político centralizado e autoritário (Rosenfield, 2020). Essas ideias de reforma no ornamento jurídico vão ter um grande impacto na organização da economia política do Brasil dos anos 30, afetando diretamente a questão da pesca.

O fim do *boom* das *commodities* após a Crise de 29 escancarou as tensões políticas vistas no Brasil e na Argentina durante os anos 20. Em um contexto de uma crise bastante aguda, a ruptura política parecia ser inevitável. Dessa forma, ambos os países sofrem com a ruptura institucional em 1930. Vargas e Uriburú representavam coalizões diversas cujo fio condutor era uma vaga ideia de “renovação nacional”. Entre os pontos convergentes existentes entre a Concordância e o varguismo está a convicção de que o Estado deveria ser um agente organizador da economia nacional e, também, de que o liberalismo clássico estava ultrapassado.

Para um melhor entendimento do campo político dos anos 30, os trabalhos de Federico Finchelstein, Luciano Abreu e David Tamarin são importantes. As abordagens trazidas por estes três autores permitem um entendimento das mudanças trazidas pelos novos regimes no Brasil e na Argentina. Num primeiro momento, pode parecer fácil caracterizar a ordem política iniciada por Uriburú como liberal na economia e conservadora na política. Contudo, o trabalho de Finchelstein, com foco na direita argentina dos anos 30, nos proporciona uma interpretação diferente. O regime surgido após o golpe de 1930 na Argentina era uma união peculiar de conservadores, liberais e socialistas independentes. De acordo com Finchelstein (2017, p. 45), com o passar dos anos 30, a facção conservadora foi se impondo sobre as outras aqui mencionadas, e isso trouxe uma maior intromissão do Estado no planejamento econômico.

Essa nova dinâmica, focada em um Estado gestor, tinha nas políticas protecionistas um de seus principais pilares. Outro ponto importante do novo modelo econômico argentino era a pacificação das relações trabalhistas, como um ângulo importante da Questão Social. O trabalho de David Tamarin é instrumental para a compreensão de como o governo argentino abordou a questão trabalhista nos anos 30. Foi demonstrado por Tamarin (1985, p. 14) que, após a consolidação do novo regime, o Estado argentino começou a intervir cada vez mais nas questões

trabalhistas, especialmente como uma forma de conter o avanço do comunismo e de outras forças políticas tidas como “subversivas” (Tamarin, 1985, p. 39). Nessa lógica, políticas de cunho corporativista e o incentivo às cooperativas eram apresentados como soluções modernas e adequadas para a pacificação do mundo do trabalho. A nova política trabalhista implementada pelo governo argentino nos anos 30 teve influência direta sobre o setor da pesca, o qual seria reorganizado de acordo com os novos princípios reguladores do trabalho, sendo um exemplo de harmonia laboral no país.

O contexto brasileiro dos anos 30 é igualmente complexo, conduzindo o regime a diversas transformações entre a revolução de 30 e o Estado Novo. Para a compreensão dessas complexas mudanças, a análise realizada por Luciano Abreu em seu artigo sobre a Constituição de 37 (Polaca) traz elementos importantes. Da mesma forma que foi verificado no regime argentino, Abreu (2016, p. 463) aponta para o anseio crescente dos intelectuais brasileiros conservadores por um regime centralizador e autoritário no entreguerras. Nessa lógica, a Presidência da República deveria ser dotada de maiores poderes, em detrimento do Poder Legislativo. A preferência por um planejamento econômico centralizado, bem como a influência do corporativismo, foram outros fatores marcantes neste momento. Nesse sentido, o varguismo utilizou a indústria da pesca como uma espécie de vitrine de como planejamento e relações trabalhistas de natureza corporativa teriam a capacidade de renovar a economia nacional.

Também é importante mencionar o trabalho de autores que pesquisam questões diretamente ligadas às questões econômicas do período, além dos problemas vividos pelo setor pesqueiro no Entreguerras. No campo da economia política, os trabalhos de David Rock (1995) e Paul H. Lewis (1992) possuem análises que são instrumentais para a compreensão do período. Os autores têm uma análise global sobre o papel das *commodities* nas décadas de 20 e 30, esclarecendo como o desenvolvimento da pesca se insere em comparação a outros produtos importantes, tais como o café, a carne e o trigo. Fica demonstrado que a diminuição do comércio internacional durante a Grande Depressão trouxe uma queda vertiginosa dos principais produtos de exportação do Brasil e da Argentina (Lewis, 1992, p. 57). Diante dessas dificuldades, ambos os governos buscavam ampliar a pauta de exportação, e a indústria pesqueira era um elemento importante desta estratégia.

As análises de Rock e Lewis são vitais para o entendimento da transição da economia argentina no período entreguerras. A crise dos anos 30 fez com que o regime da Concordância buscasse uma conciliação entre um modelo que ainda tivesse na exportação o seu eixo central, mas que também abrisse espaço para um regime

de desenvolvimento industrial de cunho nacionalista. O conservadorismo argentino não era uníssono na defesa do modelo agrário-exportador, o predileto dos liberais que apoiavam o regime (Rock, 1995; Lewis, 1992). O planejamento econômico implementado por Federico Pinedo e Raul Prebisch durante a década de 30 visava atingir esse equilíbrio, onde as exportações agrícolas seriam a base da construção de uma economia mais moderna e diversificada. Contudo, os problemas econômicos inerentes à Grande Depressão comprometeram o planejamento econômico de Pinedo e Prebisch.

No caso brasileiro, os dilemas eram similares no que dizia respeito às questões relativas ao desenvolvimento econômico. Conforme a análise de Pedro Fonseca, o fato de que o Brasil não teve uma “era de ouro” no pré-1914, foi um facilitador para que o debate político se direcionasse para novos modelos (Barroso; Souza., 2013, p. 309). A partir da criação de um incipiente parque industrial durante a Primeira Guerra Mundial, a dependência quase que exclusiva do café parecia ser o calcanhar de aquiles da economia brasileira, e a industrialização era apontada como a solução apropriada. Entretanto, um outro aspecto menos trabalhado do programa econômico varguista era a importância da modernização e regulação dos recursos naturais. O avanço deste processo era igualmente importante, pois, através da organização e modernização da exploração de recursos naturais, as bases da industrialização estariam mais fortes.

Por fim, a historiografia relativa ao desenvolvimento da atividade pesqueira no período Entreguerras também deve ser analisada. Atualmente existe uma carência de historiografia específica relativa à indústria pesqueira argentina e brasileira no Atlântico Sul. Entretanto, existe farta historiografia sobre a economia da pesca nos países do Hemisfério Norte. O período entreguerras foi particularmente tumultuado para o setor pesqueiro no hemisfério norte, onde a queda dos estoques das principais espécies e o tensionamento das relações trabalhistas entre as comunidades de pescadores e os grandes conglomerados alimentícios se intensificava.

Na historiografia norte-americana, o trabalho de Brian Payne (2018) é vital para a compreensão dos dilemas vividos pela atividade pesqueira no Atlântico Norte. A pesca era, na primeira metade do século XX, uma das principais atividades econômicas dos Estados Unidos e do Canadá. A faixa do Atlântico localizada entre o estado do Maine e a província de New Brunswick é uma das mais piscosas do mundo. Contudo, a atividade pesqueira estava sendo afetada pela severa diminuição dos cardumes de atum, bacalhau e sardinha (Payne, 2018, p. 90).

O aumento da fiscalização sobre a atividade pesqueira por parte de autoridades americanas e canadenses,

associado ao controle dos oligopólios pesqueiros, trouxe severas perdas para as comunidades de pescadores. Mesmo assim, governos dos Estados Unidos e do Canadá mantiveram uma legislação relativamente liberal para o setor, inclusive no que dizia respeito às relações trabalhistas. A prioridade era dar verticalidade e maior eficiência para um segmento da economia que parecia estar parado no tempo, em detrimento da preservação ambiental. Dessa forma, a análise de Payne (2018, p. 95) aponta que os interesses dos grandes conglomerados preponderavam sobre demandas de pacificação das relações trabalhistas, diferentemente do que acontecia concomitantemente na América Latina.

A questão da pesca durante o Estado Novo português é também de suma importância para o entendimento do desenvolvimento desta atividade no Brasil e na Argentina. Portugal, que por séculos havia sido um dos líderes do setor pesqueiro europeu, se encontrava em um momento de crise no início dos anos 20. A restauração da pujança da pesca portuguesa foi um dos principais pontos do projeto de Antônio de Oliveira Salazar para a economia. Nesse sentido, a análise da política pesqueira salazarista, associada às questões ligadas ao corporativismo, está entre os principais pontos do trabalho desenvolvido por Álvaro Garrido.

A relação entre pesca e corporativismo é bastante interessante, pois trabalha com aspectos econômicos e o imaginário político de forma simultânea. De acordo com Garrido, a reorganização da pesca em Portugal tinha fortes princípios corporativistas. Como o setor pesqueiro português estava historicamente organizado através das comunidades nas vilas de pescadores, o Estado português reorganizou estas comunidades em associações e cooperativas ligadas ao governo (Garrido, 2018, p. 143). A classe dos pescadores deveria ser um símbolo de como as categorias profissionais representavam uma forma mais eficiente de organização social e representação política, tornando-se, assim, um símbolo do êxito do próprio regime. O imaginário histórico da pesca em Portugal, simbolizando a vocação portuguesa para as fainas marítimas, era uma imagem poderosa de renovação da nação (Garrido, 2018, p. 152). Após as considerações de caráter teórico-histórico, vamos passar à análise propriamente dita da pesca no período entreguerras e sua conexão com as ideias aqui apresentadas e discutidas.

## O mar é um dever: a política da pesca no Atlântico Sul durante o período entreguerras

No início do século XX, a indústria da pesca era uma das atividades extrativas mais valiosas do mundo.

O pescado era uma fonte de proteínas crucial para o desenvolvimento da economia global. No entanto, mesmo possuindo acesso privilegiado ao Atlântico Sul, o setor pesqueiro argentino e brasileiro era pouco desenvolvido. Neste período, pescadores americanos, ingleses e noruegueses eram os grandes beneficiários da atividade pesqueira na região. Desde o ápice da pesca da baleia nas águas geladas do Atlântico Sul, em meados do século XIX, o debate sobre o controle e desenvolvimento deste setor era algo bastante comum (Stackpole, 1973, p. 265). Ainda assim, os avanços no setor foram muito pequenos quando comparados às expectativas.

Na Argentina, o setor pesqueiro era relativamente mais avançado do que no Brasil, especialmente devido à pujança da economia argentina no período. O núcleo pesqueiro argentino estava praticamente todo ele localizado na região de Mar del Plata, onde imigrantes italianos e suas famílias controlavam todos os estágios da produção pesqueira (Pennisi, 2006, p. 21). Espécies de peixes populares entre os argentinos, tais como a merluza (*Merluccius hubbisi*) e a anchova (*Pomatomus saltatrix*), eram vendidas nos mercados de Buenos Aires. E, diante dos bons lucros, as famílias italianas expandiam as suas atividades para fábricas de gelo e armazéns refrigerados. Contudo, essa expansão ficava limitada devido à pequena escala das operações. A questão da escala está diretamente ligada à baixa demanda do público argentino pelo pescado, que preferia a carne bovina como a principal fonte de proteínas (Moya, 1998, p. 138).

No Atlântico sul brasileiro, o pescado também não era tão importante como fonte de proteína, mas lá estavam as comunidades de pescadores mais relevantes economicamente. Especialmente as comunidades de pescadores do litoral fluminense (Cabo Frio e Angra dos Reis) e da Baixada Santista (São Vicente e Cananeia) estavam entre as mais dinâmicas do sudeste do país na primeira metade do século XX. No sul do Brasil, a comunidade pesqueira da cidade de Rio Grande (RS) e o litoral catarinense eram os pontos mais destacados na produção de pescado.

O principal problema da pesca no Brasil era também a falta de escala gerada pela pouca demanda pelo produto nos principais centros econômicos do país. Da mesma forma que na Argentina, a carne bovina era a proteína animal preferida pelos consumidores brasileiros. A falta de demanda pelo pescado fazia com que os métodos de pesca no Brasil ainda fossem bastante rudimentares, até mesmo em comparação com a Argentina. Enquanto as nações mais avançadas no setor se beneficiavam de barcos a motor (traineiras) e de uma lógica industrial aplicada ao setor da pesca, no Brasil era ainda uma atividade praticamente artesanal. As comunidades de pescadores, em grande parte, ainda se utilizavam de canoas e veleiros,

e o comércio se dava majoritariamente em escala local (Villar, 1912, p. 43).

É interessante perceber que, no início do século XX, a pesca possuía poucos defensores nas elites brasileira e argentina. As razões para essa postura vão além do escopo deste artigo, e creio que mereceriam um estudo mais aprofundado. O ramo da pesca na Argentina e no Brasil tinha como principais proponentes membros da alta cúpula naval e científica de ambos os países, algo bastante peculiar se comparado ao forte apoio das elites econômicas ao setor da pesca no hemisfério norte. Essa peculiar aliança entre oficiais da marinha e biólogos nacionalistas vai ter um importante impacto na forma como o setor da pesca se desenvolve no período entreguerras.

No período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, a indústria da pesca brasileira e argentina teve dois expoentes que lideraram a defesa da causa no espaço político; são eles Fernando Lahile e Federico Villar. A atuação deles foi determinante para catapultar a temática da pesca do limbo no qual se encontrava, levando o tema para o grande público, e, com isso, ambos se tornaram os “pais” da pesca moderna na Argentina e no Brasil. Fernando Lahile era francês de nascimento, tendo se especializado em biologia marinha. Em 1893, Lahile se mudou para a Argentina, onde se tornou o mais importante biólogo marinho do país. Suas pesquisas desenvolvidas na Universidade de Mar del Plata foram essenciais para o mapeamento da fauna marinha argentina (López, s. d., p. 19). A atuação política de Lahile foi relativamente limitada, especialmente quando comparada ao escopo do seu trabalho científico. Entretanto, o seu maior legado foi a defesa da pesca no ambiente acadêmico e a formação de quadros técnicos (e políticos) que posteriormente se engajaram no desenvolvimento e ampliação deste segmento da economia.

Frederico Villar nasceu na cidade do Rio de Janeiro e serviu na marinha brasileira durante toda a sua vida. Villar ascendeu rapidamente na hierarquia da corporação e atingiu uma posição bastante destacada como Capitão de Fragata. Apesar de uma carreira militar destacada, Villar atingiu o ápice de sua atuação na marinha quando se tornou um *expert* na indústria da pesca. A sua privilegiada condição financeira permitiu-lhe viajar para diversos países do mundo para observar a indústria da pesca (Villar, 1912, p. 29). Seu período de estudos na Bélgica, nos anos 1900, foi particularmente marcante, pois o convenceu da necessidade de desenvolver a indústria da pesca dentro de bases modernas no Brasil.

Ao retornar para o Rio de Janeiro, Villar se dedicou quase que integralmente à defesa da expansão da atividade pesqueira brasileira. Além de suas atividades como oficial da marinha, Villar foi escritor, palestrante e colunista de

jornal. O oficial da marinha também tinha bom trânsito com a elite política da época, onde manteve contato com figuras importantes, tais como Oliveira Lima e Hermes da Fonseca. Essa extensa produção intelectual, somada à sua atuação política, o transformou em uma figura importante para o entendimento da condição da pesca no Brasil.

Em seus diversos escritos, Villar não poupava críticas para o setor pesqueiro brasileiro. A situação era caracterizada como “atrasada” e “vergonhosa”, onde o Brasil “carecia de originalidade” para o melhoramento da pesca (Villar, 1912, p. 13). A mensagem de Villar era bastante clara: as autoridades brasileiras eram as grandes responsáveis pelo baixo desenvolvimento deste setor da economia. O que ele descrevia como “descaso das autoridades” pela questão da pesca refletia uma incapacidade geral da elite da República Velha em promover o desenvolvimento nacional (Villar, 1912, p. 17). Apesar disso, Villar acreditava que apenas o governo federal seria capaz de dar o impulso necessário para o pleno desenvolvimento do setor. Para ele, o passo essencial a ser dado era a constituição de um arcabouço legal próprio para o setor (Villar, 1912, p. 17). Portanto, para Villar, a questão legal tinha precedência sobre questões econômicas mais objetivas. Tal peculiar percepção de Villar, onde tudo começava pela Constituição, é decisiva para a compreensão da política da pesca no entreguerras.

Mesmo diante do desinteresse da elite política brasileira da época pela atividade pesqueira, Federico Villar conseguiu promover o avanço da causa. Graças à sua atuação, o Departamento de Pesca foi criado em 1912. O Departamento estava ligado à marinha, sob o comando direto de Villar. Ele também formou convênios com a Bélgica e a Inglaterra para a aquisição de navios-escola para o treinamento de pescadores. Contudo, ele argumentava que muito mais deveria ser feito, especialmente “diante do atraso da pesca brasileira em comparação aos vizinhos argentinóis” (Villar, 1912, p. 66).

A retórica nacionalista e estatista de Villar talvez tenha sido o seu grande legado no campo da política pesqueira. Para Villar, a realização econômica do Brasil se daria apenas através de um Estado forte e com foco no “interesse nacional” (Villar, 1912, p. 74). Dessa forma, existe uma convergência entre as ideias de Federico Villar e as de consagradas figuras conservadoras do período, como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Críticas à “letargia” e “falta de patriotismo” das elites políticas, a defesa de um Estado forte, e a admiração por lideranças autoritárias (Floriano Peixoto e Hermes da Fonseca) eram traços determinantes do pensamento conservador de Villar. O seu pensamento político foi um de seus mais importantes legados para os defensores da modernização da pesca brasileira, estabelecendo os parâmetros ideológicos e técnicos para o setor na década de 30.

Em 1919, uma reunião da Comissão Oceanográfica Argentina visava congregiar especialistas para delinear as políticas para o setor no pós-Primeira Guerra. A mensagem passada pelos técnicos da Comissão foi bastante clara: a Argentina estava “desperdiçando o seu potencial marítimo” por não investir fortemente na pesca. Por trás das demandas específicas relativas ao desenvolvimento do setor havia uma concepção sobre os rumos do Estado argentino. Da mesma forma que no caso brasileiro, a criação de uma nova lei de pesca era tida como algo vital (Argentina, 1919, p. 3). Entretanto, a Argentina já possuía uma lei de pesca vigente desde 1884. O código de 1884 era fortemente criticado, pois, paradoxalmente, era altamente restritivo à atividade pesqueira. E, de fato, a legislação argentina então vigente dificultava a atividade pesqueira ao definir extensas áreas de proteção às baleias, focas e elefantes marinhos. Além disso, longas faixas de litoral foram reservadas para o uso exclusivo das forças armadas (Argentina, 1919, p. 6). É importante esclarecer que o governo argentino não estava tomado por um afã conservacionista em 1884. A função da legislação era apenas a de guardar estes recursos para empresas argentinas, em detrimento da caça e pesca promovida por noruegueses e ingleses no Atlântico Sul argentino.

O painel também fazia a defesa de uma pauta nacionalista. A comissão afirmou de maneira categórica que o desenvolvimento da pesca estava intrinsicamente ligado ao “crescimento da nação” (Argentina, 1919, p. 8). O desenvolvimento pesqueiro permitiria o povoamento do litoral e o desenvolvimento econômico da Patagônia. Uma forte presença de comunidades pesqueiras e soldados era considerada a ideal para que novas cidades surgissem nos cantos mais remotos da Patagônia argentina, colaborando para o projeto de defesa nacional. Além disso, a comissão afirmava que o pesca argentina deveria ser feita pelo pescador argentino, e não por imigrantes italianos e espanhóis, que então predominavam nesta atividade. Por fim, os membros da comissão exortavam o homem argentino a “abandonar as facilidades do campo, e a abraçar as dificuldades da vida no mar” (Argentina, 1919, p. 21).

Existem muitos elementos relativos ao conservadorismo argentino dos anos 20 que podem ser analisados através dos trabalhos da Comissão Oceanográfica. A tradicional elite conservadora argentina, ligada ao setor agroexportador, enfrentava uma crescente contestação de outros segmentos da *intelligentsia* do país. A ampliação do sufrágio, a crescente participação dos imigrantes estrangeiros na vida nacional e o fortalecimento das causas operárias eram o sinal de que uma renovação do conservadorismo era necessária (Finchelstein, 2017, p. 39).

Essa nova frente conservadora era formada por militares, intelectuais e latifundiários descontentes com

o estado de coisas. Muitos deles pertenciam ao chamado movimento antipersonalista, que era a oposição ao populismo centralizador praticado pelo presidente Hipólito Yrigoyen (1916-1922). Das bases do antipersonalismo surgia uma direita autoritária, nacionalista e menos liberal na economia. Esta vertente conservadora defendia um Estado forte, a modernização econômica e o reforço de valores católicos no plano social (Bethell, 2011, p. 252). Esse projeto conservador não chegava a ser uma defesa da industrialização por si só, era mais um clamor por diversificação econômica, visando evitar o impacto de choques internacionais sobre a Argentina. Já o nacionalismo agia como uma espécie de elemento unificador da sociedade, dentro de valores cristãos e em contraposição ao imigrante estrangeiro anarquista e comunista.

Da mesma forma que foi verificado no caso brasileiro, a atividade pesqueira argentina teve pouco progresso nos anos 20. Apesar dos clamores da Comissão Oceanográfica Argentina, os altos preços internacionais da carne e do trigo representaram um desincentivo ao desenvolvimento de outros segmentos da economia. O presidente Marcelo Alvear (1922-1928), que era um expoente da elite portenha, não tinha muito interesse em alterar a matriz econômica argentina. Entretanto, as discussões acerca da questão da pesca trazem à tona elementos importantes sobre o pensamento conservador brasileiro e argentino no entreguerras. A questão do Estado centralizado de viés autoritário e o nacionalismo estão entre esses elementos. Assim, um olhar sobre as questões políticas que cercavam a pesca colabora para o entendimento da formação de um modelo econômico antiliberal que se consolidou na década de 30 através do varguismo e da Concórdia.

## Mar adentro: a implementação da política de pesca para o Atlântico Sul nos anos 30

Como analisado nos segmentos anteriores, os anos 20 foram uma espécie de tentativa de retorno ao *status quo ante* para as elites agroexportadoras do Brasil e da Argentina. Entretanto, a Grande Depressão representou um ponto de inflexão em escala global, especialmente no que dizia respeito à política e à economia. Esta época foi marcada por um forte questionamento do modelo liberal, bem como pelo avanço do pensamento autoritário de diferentes matizes. Os regimes conservadores de matiz autoritária que governaram o Brasil e a Argentina neste período foram o resultado direto das tendências políticas globais.

No que diz respeito à questão da pesca no Atlântico Sul, a década de 30 trouxe mudanças importantes. Este

setor vital da economia internacional enfrentou uma severa crise devido à forte desaceleração da demanda global pelo pescado. Mesmo diante dessas dificuldades, a pesca viveu um momento de fortalecimento nos regimes autoritários. Enquanto a pesca americana e canadense padecia, em Portugal e na União Soviética ela prosperava (Garrido, 2018; Chuksin, 2006). Nestes regimes autoritários, mesmo em polos ideológicos opostos, a pesca ocupava um lugar de destaque no planejamento econômico. Além disso, o êxito da atividade pesqueira legitimava uma aparente superioridade do Estado autoritário e planejador em comparação ao modelo liberal.

Em relação aos casos brasileiro e argentino, é possível perceber diversas linhas de convergência nos anos 30 com os exemplos anteriormente mencionados, especialmente com o caso do Estado Novo português. Como demonstrado nos parágrafos anteriores, os segmentos da sociedade que defendiam a atividade pesqueira estavam, em sua maioria, ligados ao pensamento conservador autoritário. A Crise de 29 e as mudanças no eixo político dominante na política brasileira e argentina pós-1930 colocaram os grupos pró-pesca em evidência. Tanto o varguismo como a Concordância acreditavam que o caos econômico trazido pela Grande Depressão representava uma oportunidade para repensar certos aspectos da matriz econômica.

Neste contexto, estava também presente a ideia na qual outros setores ligados ao extrativismo deveriam se desenvolver, entre eles a pesca. As lideranças políticas oriundas das rupturas institucionais ocorridas em 1930 começaram um processo de remodelação da exploração dos recursos naturais. Até então predominava o modelo liberal de concessões, onde empresas privadas lideravam o processo de exploração econômica destes recursos.

No caso brasileiro, a nacionalização dos recursos naturais se deu através de três frentes nos anos 30: o Código de Minas (1934), o Código de Águas (1934) e o Código de Caça e Pesca (1933). Essas três peças legais foram incorporadas à Constituição de 1934, representando uma ruptura importante com o modelo liberal vigente na República Velha. O nacional-desenvolvimentismo se estabelecia diretamente em contraposição ao liberalismo, que sob a ótica do novo regime visava apenas ao lucro privado em detrimento dos interesses da nação.

Entre as principais lideranças políticas que capitaneavam este movimento pela nacionalização dos recursos naturais estavam Juarez Távora e Euvaldo Lodi, dois expoentes do varguismo. O próprio Vargas estava investido na implementação da nova matriz desde 1931, como uma peça importante de sua estratégia econômica. O engajamento de Távora e Lodi foi instrumental para a aprovação dessa legislação (Min. Agricultura, 1936, p. 2). O pleno controle estatal dos recursos naturais era também parte de uma es-

tratégia de reorganização fiscal do Estado brasileiro. Novas fontes de financiamento estatal, advindas da nova matriz de exploração de recursos naturais, eram tidas como um fator importante na questão da dívida externa.

A política econômica da Era Vargas representou um grande incentivo para o setor da pesca. É interessante perceber que boa parte da nova legislação pesqueira, bem como as políticas implementadas pelo governo federal, atendiam às demandas feitas por Frederico Villar vinte anos antes. Entre 1933 e 1940, houve uma reorganização completa do setor pesqueiro no Brasil, agora sob o controle do Ministério da Agricultura. Essa reorganização refletia não apenas o pensamento estratégico do varguismo para a economia, mas também dizia algo sobre os valores que amparavam a política econômica.

Em 1934, o governo federal promoveu o Primeiro Congresso de Pesca, no Rio de Janeiro. O tom dos discursos proferidos por autoridades do setor estava alinhado com os princípios do nacional-desenvolvimentismo, onde a pesca foi definida como “um dever patriótico e o motor do crescimento nacional” (Min. Agricultura, 1934, p. 2). Neste mesmo Congresso, o bem-estar do trabalhador da costa brasileira e o papel do governo na inserção de novas técnicas produtivas foram igualmente exaltados. Neste mesmo ano, o técnico do Ministério da Agricultura Benedicto Silva argumentava que a industrialização do Brasil estava diretamente ligada à modernização das atividades ligadas aos recursos naturais. Até que o pleno amadurecimento da indústria brasileira fosse possível, o investimento na diversificação da “exploração racional” dos recursos naturais era a única saída ante a dependência econômica do café (Min. Agricultura, 1934, p. 4).

Através desses escritos é possível perceber que os elementos do nacionalismo e do desenvolvimentismo estão presentes, e a política pesqueira estava alinhada dentro destes princípios. Nesta lógica, a pesca não era apenas uma alternativa de desenvolvimento econômico, mas sim uma representação do modelo de sociedade que deveria surgir das políticas implementadas pelo varguismo. Isso fica mais evidente à medida que o Ministério da Agricultura aprofundou a implementação das normativas contidas no Código de Caça e Pesca de 1933. O Código continha dois elementos essenciais para o desenvolvimento do setor pesqueiro: a organização de colônias de pescadores em cooperativas e a proibição da pesca estrangeira em águas territoriais brasileiras (Governo Federal, 1934, p. 2). Estes dois pontos apelavam diretamente para a implementação de um modelo nacional-desenvolvimentista do setor pesqueiro, tal como preconizado por Frederico Villar nas décadas anteriores.

A questão trabalhista relacionada à pesca é de particular importância para análise do setor no período entreguerras. A partir de 1936, a implementação da visão

do varguismo no campo trabalhista aplicada à atividade pesqueira ficaria mais evidente. Entre 1936 e 1940, os estados do Atlântico Sul brasileiro eram os que estavam mais avançados no planejamento do governo federal. Para o governo brasileiro, era importante ter dados precisos sobre as comunidades pesqueiras. De posse desses dados, as colônias eram organizadas, e os pescadores eram inseridos nos programas de amparo ao trabalhador (Min. Agricultura, 1934, p. 3). A Consolidação das Leis do Trabalho foi um dos marcos da Era Vargas, e a pesca deveria refletir esta nova relação entre capital e trabalho proposta pelo varguismo.

Nesse sentido, o trabalho do interventor de São Paulo Fernando Costa foi considerado como o modelo a ser seguido. Costa rapidamente organizou as comunidades litorâneas em dez colônias de pesca, onde eles trabalhavam em regime de cooperativa. O interventor também ressaltava a importância da pesca dentro do projeto de industrialização, já que a modernização da atividade pesqueira traria uma importante colaboração para o desenvolvimento de técnicas industriais. Contudo, Costa enfatizava que a atenção aos direitos sociais do pescador era tão importante quanto o desenvolvimento da própria atividade pesqueira em si (Min. Agricultura, 1936, p. 1).

Em 1936, o Entrepósito de Pesca do Rio de Janeiro foi inaugurado. No evento de posse, que contou com a presença do próprio Vargas, os pilares da política pesqueira foram reforçados. No Entrepósito, pescadores de todo o estado do Rio de Janeiro poderiam vender os seus produtos em condições ideais. O complexo contava com uma câmara frigorífica para o congelamento do pescado, uma fábrica de gelo e um centro de saúde modelo apenas para os pescadores (Min. Agricultura, 1936, p. 1). Além disso, o Entrepósito visava ser o local onde o pescador encontraria o apoio do Estado, comercializando o seu produto em um ambiente seguro e, ao mesmo tempo, recebendo o amparo social que a legislação trabalhista lhe conferia. Em suma, a política do Entrepósito representava um modelo econômico onde o Estado agia como o grande gestor de uma forma de capitalismo paternalista.

A velocidade de implementação das políticas do varguismo para o setor da pesca acelerou com a chegada do Estado Novo, em 1937. O autoritarismo desta nova fase do varguismo permitiu uma maior centralização de poderes por parte do Ministério da Agricultura, bem como a expansão do aparato burocrático. Em 1938, o Código de Caça e Pesca foi revisado e ampliado, o que representou um avanço para o setor da pesca. O foco em cooperativas pesqueiras foi ampliado, e a pesca era tida como um exemplo de como as novas estruturas trabalhistas podiam promover uma mediação eficiente entre capital e trabalho (Min. Agricultura, 1942, p. 87).

Comparando a retórica política do varguismo com a do Estado Novo português, é possível encontrar diversas semelhanças. Entretanto, na documentação aqui analisada, não foi encontrada nenhuma menção direta ao salazarismo. Nesse sentido, o governo brasileiro promovia uma interessante intersecção entre corporativismo e cooperativismo. Para os técnicos do Ministério da agricultura, a organização em cooperativas facilitaria uma futura classe dos pescadores mais representativa no desenvolvimento de uma sociedade corporativa. Conforme Schalleberger (2004, p.2) o modelo cooperativista presente especialmente no sul do Brasil estava diretamente ligado aos valores cristãos ligados ao mundo do trabalho (Schalleberger, 2004, p. 7). Dessa forma, a cooperativa era o primeiro estágio do corporativismo. No Estado Novo brasileiro, o setor pesqueiro também seria a representação da evolução econômica nacional, onde as corporações seriam as balizadoras de relações trabalhistas mais justas:

*[...] realizando o programa da divisão de caça e pesca o governo do presidente Getúlio Vargas se empenha numa obra gigantesca, transformando, por fim, a pesca em uma inestimável fonte de riquezas para o país e amparando essa massa de trabalhadores, constituída pelos pescadores do Brasil. O cooperativismo, do qual é um grande entusiasta o ministro Apolônio Sales, será a base da organização econômico-social desse importante setor da nossa indústria animal (Min. Agricultura, 1942, p. 5).*

O setor da pesca passa por grandes transformações até o final da Era Vargas, cujas políticas inserem a atividade pesqueira brasileira na modernidade. Ademais, a combinação de conservadorismo, desenvolvimentismo e corporativismo proporciona contornos muito interessantes que permitem um melhor entendimento de como esses elementos foram trabalhados na política econômica da Era Vargas. Da mesma forma que foi verificado no caso brasileiro, os anos 30 na Argentina trouxeram muitas mudanças para a pesca. No ideário conservador do regime liderado por José Felix Uriburú, o setor agrícola ocupava uma grande importância. Na visão da nova elite que ocupava o poder, a agricultura e o setor extrativista eram as forças motoras que moveriam a economia argentina.

Conforme analisado anteriormente, a indústria pesqueira argentina se encontrava em um patamar superior à brasileira. Entretanto, o objetivo do governo argentino era de que o seu setor pesqueiro pudesse rivalizar com o dos países do norte. Da mesma forma que ocorreu no Brasil de Vargas, o regime da Concordância via na pesca um elemento de diversificação e modernização da matriz econômica, simbolizando o início de uma nova era de de-

envolvimento. Quando as eleições de 1932 consagraram Augustin Justo como presidente, o modelo econômico se tornou mais evidente. O chamado Plano Pinedo, formulado pelo influente economista conservador Federico Pinedo, combinava elementos de retomada agrícola com uma certa pauta industrial.

Na Argentina também é possível perceber que o governo conservador de Justo levou em conta as diversas demandas feitas para o setor nos anos 20. A figura central para essa mudança foi o ministro da agricultura, Miguel Cárcano (1936-1938). Apesar de ele ter ficado na pasta por apenas dois anos, a sua atuação foi decisiva para a evolução da pesca nos anos 30. Desde 1933, o governo havia identificado a necessidade de mudar a Lei de Pesca de 1884, tida como “restritiva” pelos defensores da atividade da pesca (Min. Agricultura Arg., 1933, p. 281). Cárcano conseguiu a revogação da legislação de 1884, criando em 1936 um novo Código de Pesca que atendia às demandas existentes desde a década de 20. No mesmo ano, Cárcano também criou o Instituto de Pesca e Oceanografia, que visava aumentar o volume de pesquisas científicas no Atlântico Sul. À época, o ministro mencionava a necessidade de mudança na lei baseado no fato de que, se o Brasil havia implementado um novo código, logo a Argentina não poderia estar atrás (Min. Agricultura Arg., 1938, p. 655).

Essa postura de Cárcano não é casual, Tomas Marini era a principal autoridade científica em pesca na Argentina nos anos 30, e ele havia realizado inúmeras pesquisas no Nordeste brasileiro (Simon Guggenheim Foundation, 2020). Marini era ciente do potencial pesqueiro do Brasil e se mantinha informado sobre a evolução da pesca brasileira. Além do seu foco na vida acadêmica, em 1941, Marini escreveu um livro que refletia sobre a questão da pesca argentina de uma forma mais ampla. Ele afirmava que “Deus havia sido pródigo com a natureza do nosso país” e que a pesca ocupava um lugar importante na economia, sendo um foco de modernização visando a um projeto maior de industrialização (Marini, 1941, p. 5). Mais uma vez aparece aqui a ideia onde a pesca e a modernização agrícola andavam em consonância com uma estratégia industrial, e não uma em oposição à outra.

Outro ponto importante trazido por Marini, além da questão legal da pesca, era o aspecto social do setor. O ictiólogo argumentava que um dos principais responsáveis pelo atraso da pesca argentina era a oligarquia agroexportadora que não dava importância para o desenvolvimento da costa atlântica e da Patagônia argentina (Marini, 1941, p. 8). Em 1938, os relatórios do Ministério da Agricultura reforçavam essa perspectiva. Dentro dessa nova estratégia, era importante que o pescador tivesse o seu trabalho valorizado. Em seus escritos, nem Marini nem o Ministério se referiram diretamente a uma organização corporativa

do trabalho ou à necessidade de criação de cooperativas. Entretanto, ambos enfatizavam a necessidade do governo em amparar o pescador, dando-lhe maior proteção trabalhista e organizando as comunidades pesqueiras (Min. Agricultura Arg., 1938, p. 647).

O conservadorismo argentino dos anos 30 carregava consigo princípios do corporativismo católico no que dizia respeito às relações de trabalho, mas a aplicação destes princípios como política de Estado era reduzida. Contudo, a transição para os anos 40, na transição da presidência de Justo para Ramon Castillo, a organização do Estado argentino ganhou contornos corporativistas (Lewis, 1992, p. 85). No campo da pesca isso se torna mais evidente à medida que se percebeu uma maior participação do Ministério do Trabalho na organização dos pescadores. Entre 1938 e 1941, houve uma maior aceitação por parte do governo dos sindicatos de pescadores de Mar del Plata. De acordo com o Ministério da Agricultura, houve reuniões periódicas entre o ministro Amadeo y Videla e os líderes sindicais, onde o sindicato era chamado a cooperar com o governo. Nesse período, questões ligadas à segurança do trabalho, infraestrutura e direitos dos pescadores idosos ou com deficiência visual receberam maior atenção por parte do governo. (Min. Agricultura Arg., 1938, p. 649). Em suma, ao final do período entreguerras, o setor pesqueiro argentino estava devidamente inserido na lógica política do regime, conservadora, nacionalista e com matizes do corporativismo católico.

Neste contexto, o setor da pesca foi um campo de experimentação das políticas de organização do trabalho de cunho fascista/corporativista, que pavimentaram a ascensão de Perón ao poder em meados da década de 40. A análise do aspecto político da pesca durante o período da Concordância serve para mostrar como o conceito de desenvolvimento econômico era muito mais fluido do que as vezes é concebido pela historiografia. A ideia de que o projeto conservador da Concordância era exclusivamente focado no setor agrícola não encontra eco a partir da análise aqui realizada. A pesca estava inserida em um projeto maior de desenvolvimento, que incluía a industrialização. A modernização da pesca era parte de uma ideia que concebia o setor como um provedor fundamental de proteína animal e de dividendos de exportação, tendo em vista o desenvolvimento de uma sociedade industrial moderna.

Em suma, a análise da política da pesca argentina nos anos 30 também é importante para o entendimento da natureza do conservadorismo político naquele país. As mudanças na legislação, um maior foco na expansão da pauta exportadora, e a intervenção estatal nas relações trabalhistas revelam como a natureza do regime argentino se modificou entre 1930 e 1940. A retórica de Uriburú no golpe de 1930, em sintonia com as tradicionais ideias da

elite agroexportadora, dá lugar a um projeto igualmente conservador, mas onde o liberalismo econômico perdia força. O novo marco regulatório da pesca e o maior engajamento do governo na questão trabalhista e social dos pescadores revelavam como o Estado argentino estava em sintonia com outros governos ocidentais.

## Conclusão: o mar agitado

A pesca no Brasil e na Argentina é uma atividade marginal da economia de ambos os países, especialmente quando comparada a outras atividades do setor agrícola ou extrativista. Ao longo do século XX, o setor sofreu com a falta de políticas consistentes, onde breves períodos de avanço eram seguidos por longos períodos de estagnação. Neste contexto, a análise da política da pesca no período entreguerras é bastante válida pelo fato de que este foi um dos raros momentos de avanço do setor. Além disso, a análise do setor pesqueiro permitiu compreender como a política da pesca refletiu as mudanças políticas vividas pelo Brasil e a Argentina, bem como a estratégia de exploração dos recursos do Atlântico Sul.

Uma análise do discurso político e das medidas administrativas para o setor revelou um interesse por parte do segmento conservador, nacionalista e antiliberal do desenvolvimento pesqueiro. Este segmento do conservadorismo via na evolução da pesca a realização de um novo modelo de Estado intervencionista, autoritário e centralizado. Para os defensores da pesca, a falha do desenvolvimento do setor estava diretamente ligada à inépcia das elites agroexportadoras que governavam os dois países nos anos 20. Para estes intelectuais, as deficiências da teoria liberal revelavam um Estado apático, incapaz de desenvolver um setor da economia. O conteúdo das críticas nos anos 20 revelou convergências interessantes do pensamento conservador em ambos os países, evidenciando um anseio por um novo modelo de Estado.

A chegada de novos regimes no Brasil e na Argentina em 1930, associada à turbulência advinda da Grande Depressão, trouxe um novo impulso para a indústria pesqueira. A queda das receitas oriundas das exportações para a Europa e os Estados Unidos trouxe novas demandas pelo desenvolvimento de outros setores da economia. Neste contexto, um clima favorável para o intervencionismo estatal e o planejamento econômico beneficiou o setor pesqueiro. Assim, as demandas dos defensores da pesca estavam em consonância com a política econômica do período. A partir deste momento, notou-se uma convergência entre os discursos de defesa do setor da pesca e a política implementada para o setor em ambos os governos.

A partir dos anos 30, a análise da pesca revela nuances interessantes de convergência sobre o conservado-

rismo nos governos brasileiro e argentino. Primeiramente, a ênfase nas mudanças legislativas como mola propulsora de uma nova política nacional-desenvolvimentista. Além disso, a maior participação do Estado na criação de estruturas para a dinamização da economia e do planejamento setorial. E, por fim, as relações trabalhistas guiadas por um corporativismo estatal (Brasil) e pelo corporativismo católico (Argentina) mostravam uma nova face do Estado como organizador da sociedade e mediador das relações entre trabalho e capital. O resultado dessas medidas não foi apenas um setor pesqueiro mais robusto, mas uma certa forma de reafirmação por parte dos novos regimes de que a sua visão de Estado conservador, de cunho racional e nacionalista, poderia ser replicada em outros setores da economia com igual êxito.

## Referências

- ABREU, L. A. de. 2016. O sentido democrático e corporativo da não-Constituição de 1937. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 29(58):461-480. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942016000200008>. Acesso em 20/07/2021.
- ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. 2012. *América Latina: La construcción del orden*. Tomo I. Buenos Aires, Ariel.
- ARGENTINA, C. O. La pesca de mar: su porvenir - su organización. Conferencia leida en la Facultad de Ciencias Económicas. [s.l., s.n.].
- BARROSO, A. S. e SOUZA, R. (org.) 2013 A Grande Crise Capitalista Global, 2007-2013: Gênese, Conexões e Tendências. São Paulo, Anita Garibaldi: Fund. Maurício Gabrois. P. 305-324.
- BETHELL, L. (ed.). 2011. *Argentina since Independence*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CHUKSIN, Y. V. 2006. *From Cape Hatteras to Cabot Strait: The History of the Soviet Fishery on the Atlantic Continental Shelf of the United States and Canada*. Silver Spring, MD, U.S. Dept. of Commerce, National Oceanic and Atmospheric Administration, National Marine Fisheries Service.
- DA PRODUÇÃO, D. de E. 1934. *Boletim do Ministério da Agricultura*. ano 23, out.-dez. [s.l., s.n.].
- DA PRODUÇÃO, D. de E. 1936.. *Boletim do Ministério da Agricultura*. ano 23, abr.-jun. [s.l., s.n.].
- DA PRODUÇÃO, D. de E. 1942. *Boletim do Ministério da Agricultura*. ano 31, ago. [s.l., s.n.].
- DE AGRICULTURA ARGENTINA, M. 1933. Memoria correspondiente al ejercicio de 1932 hasta enero de 1933. [s.l., s.n.].
- DE AGRICULTURA ARGENTINA, M. 1938. Memoria correspondiente al ejercicio de 1937 hasta enero de 1938. [s.l., s.n.].
- FERMEPIN, R. R.; VILLEMUR, J. P. 2004. *155 años de la pesca en el Mar Argentino (1821-1976)*. Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales.
- FINCHELSTEIN, F. 2017. *The ideological origins of the dirty war: Fascism, populism, and dictatorship in twentieth century Argentina*. New York, NY, Oxford University Press.
- GARRIDO, A. 2018. Estado Novo e maritimismo: ideologia e discursos culturais. *Biblos (Coimbra)*, p. 141-147, 23 mar.
- GOVERNO FEDERAL. 1934. *Reglamento de Caça e Pesca no Brasil*.

- [s.l., s.n.].
- SIMON GUGGENHEIM FOUNDATION [2020]. Disponível em: <<https://www.gf.org/fellows/all-fellows/tomas-leandro-marini/>>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- LASCANO O.J. 1989. *Cien años de pesca costera en la Argentina*. Informe FAO. Mar del Plata, Biblioteca INIDEP.
- LEWIS, P.H. 1992. *The Crisis of Argentine Capitalism*. Chapel Hill, NC, University of North Carolina Press.
- LÓPEZ, H. L. s.d. Fernando Lahille: Ictiólogo. *Revista Museo*, p. 19-24.
- MATEO, José Antonio. 2020. *La sustitución de importaciones pesqueras y el desarrollo de la pesca comercial marítima en Argentina (1930-1965)*. *Estudios Atacameños*, 65:85-103.
- MARINI, T. 1941. *La pesca y la piscicultura: Fuentes inexploradas de riqueza en La República Argentina*. Buenos Aires, Academia Nacional de Agronomía y Veterinaria.
- MOYA, J. C. 1998. *Cousins and Strangers: Spanish Immigrants in Buenos Aires, 1850-1930*. Berkeley, CA, University of California Press.
- PAYNE, B. 2018. Becoming a Dependent Class: Quoddy Herring Fishermen in the 1920s. *Labour (Committee on Canadian Labour History)*, 81(1):87-117.
- PENNISI, R. 2006. *Italianos en el puerto de Mar del Plata: La pesca, la industria y otras historias*. Buenos Aires, Editora Atlántida.
- PERISSINOTTO, R. 2014. O conceito de estado desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino. *Revista de Sociologia e Política*, 22(52):59-75. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987314225205>. Acesso em 14/05/2020.
- PERROTTA, Ricardo G.; RUARTE, Claudio; CAROZZA, Claudia. 2007. La pesca costera en Argentina. *Ciencia Hoy*, 17(97):32-43.
- PRADAS, M. E. 2006. *Un acercamiento a la problemática pesquera marplatense*. Buenos Aires, El Mensajero.
- ROCK, D. 1995. *Authoritarian Argentina: The Nationalist Movement, Its History and its Impact*. Berkeley, CA, University of California Press.
- ROSANVALLON, P. 2018. The Political Theory of Democracy. In: Pierre Rosanvallon's Political Thought. [s.l.], Transcript Verlag, p. 23-38.
- ROSENFELD, L. 2020. A crise do pensamento constitucional da Primeira República: O debate da década de 1920. *Estudos Ibero-Americanos*, 46(3):e36580. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.3.36580>. Acesso em 17/06/2021.
- SCHALLENBERGER, E. 2007. Cooperativismo e política: redes de associações e estado na constituição do marco tecnológico e na organização da agricultura sul-brasileira no período Vargas. **In-forme GEPEC**, [s. l.], v. 8, n. 1, DOI: 10.48075/igepec.v8i1.318. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/318>. Acesso em: 4 maio. 2022.
- STACKPOLE, E. A. 1973. *Sea Hunters: New England Whalers during Two Centuries, 1635-1835*. Westport, CT, Greenwood Press, 1973.
- TAMARIN, D. 1985. *The Argentine Labor Movement, 1930-1945: A Study in the Origins of Peronism*. Albuquerque, NM, University of New Mexico Press.
- VILLAR, F. 1912. *Pelas indústrias da pesca no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier.

Submetido em: 26/12/2021

Aceito em: 02/04/2022